



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 1343/2026
(à MPV 1343/2026)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** A Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes adições:”

“**Art. 5º...**”

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, equipara-se ao distribuidor de combustível, o produtor de derivados de petróleo e gás natural que comercializar seus derivados diretamente ao consumidor final.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por objetivo incorporar ao texto da Medida Provisória nº 1.343, de 2026, disposição que assegure o cumprimento da política do RenovaBio também por produtores de derivados de petróleo e gás natural que comercializarem diretamente ao consumidor, se igualando assim a distribuidores.

Isto porque a Lei 13.576/2017 estabelece as distribuidoras como única parte obrigada no programa que obriga a compra de certificados de descarbonização (CBios) em quantidade proporcional à participação de mercado de combustíveis fósseis, como forma de compensação pelas emissões geradas através da venda para o consumidor final, mas a Resolução 852/2021 permitiu que produtores também vendessem diretamente a consumidores finais.

Dessa forma, foi criada uma assimetria na medida em que os produtores não têm a mesma obrigação, mas estão aptos ao exercício desta



atividade, corroendo a base fundamental da política pública e permitindo que parte do combustível fóssil seja consumido no país sem a devida compensação. Tal situação, principalmente no contexto atual de crise internacional no preço de combustíveis fósseis, gera excessiva e desbalanceada pressão nos custos das distribuidoras, que devem arcar com a política devido a atividade também exercida por agentes maiores, com maior capacidade de absorção dos custos envolvidos.

Diante do exposto, a aprovação desta emenda fortalece o arcabouço normativo de proteção a política de descarbonização no setor de combustíveis e confere maior segurança jurídica aos agentes econômicos que atuam no mercado de produção e distribuição. Solicita-se, portanto, o apoio dos nobres pares.

Sala da comissão, 25 de março de 2026.

